

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 23/03/2016

- [MEC fará busca ativa de 1,6 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola](#)
- [Capital do Ceará é considerada a 1ª em violência na escola](#)
- [MEC unirá esforços de três programas para alfabetização de crianças e jovens](#)
- [Defasagem escolar estimula revisão do sistema de ensino socioeducativo](#)
- [Polícia prende o segundo acusado de matar garoto de 13 anos](#)
- [Homem é suspeito de estuprar menina de 13 anos em Paulista](#)
- [DF - CDJA participa de reunião do Conselho das Autoridades Centrais de Adoção Internacional](#)
- [Coordenadoria do TJMA recebe projetos que preservem direitos infantojuvenis](#)
- [Epidemia pelo Zika vírus e mortalidade infantil em populações tradicionais são temas de Seminário sobre Saúde e Primeira Infância, no Rio de Janeiro](#)

Assunto: MEC fará busca ativa de 1,6 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola

Fonte: Portal Andi

Data: 23/03/2016



O Ministério da Educação (MEC) fará uma busca ativa para localizar jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola. Em todo o país, 1,6 milhão de adolescentes nessa faixa etária estão nessa situação, de acordo com os dados do Censo Escolar de 2015, apresentados nesta terça-feira (22) pelo ministério.

O ministro Aloizio Mercadante disse que a pasta fez um levantamento sobre esses jovens e, a partir de abril, vai pedir ajuda de estados e municípios para começar a tarefa de localizar e entrar em contato com cada um deles.

“Muitos desses jovens foram para o mercado de trabalho, outros tiveram dificuldade nos estudos, repetiram de ano, se envolveram com tráfico, crime, meninas engravidaram. Atrair esses jovens é um grande desafio para o Brasil”, disse Mercadante em entrevista coletiva.

De acordo com o ministro, o MEC tem os endereços, nomes dos pais e a escola que os jovens frequentaram antes de abandonar os estudos. Além dos estados e municípios, o ministério buscará a ajuda de agentes de saúde, assistência social, entre outros para contactar os jovens.

“Vai dar um grande trabalho, mas o Brasil deve isso a esses jovens. Temos que entender o que precisa para esses jovens voltarem, tem que ter diálogo”, disse o ministro.

A educação até os 17 anos é obrigatória no Brasil de acordo com a Emenda Constitucional 59 e com o Plano Nacional de Educação (PNE). Termina neste ano o prazo previsto no PNE para que todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos estejam matriculados.

Pré-escola

Segundo os dados Censo Escolar apresentados pelo MEC, 3 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola. Além dos adolescentes de 15 a 17 anos, a etapa da pré-escola concentra o segundo maior número de estudantes fora da escola: são 954 mil entre 4 e 5 anos. Ao contrário dos jovens de 15 a 17 anos, que abandonaram a escola, as crianças ainda não foram incluídas no sistema de ensino.

A inclusão, ainda este ano, segundo Mercadante é uma meta possível de ser alcançada. “Se houver prioridade. Nossa avaliação é que mesmo com carência de recursos, vamos avançar nessa meta”, disse. O ministro destacou que o MEC tem priorizado, junto com os municípios, a construção de pré-escolas e de módulos que atendam a essa faixa etária.

Os dados do Censo Escolar de 2015 mostram que há 4,9 milhões de estudantes matriculados na pré-escola, 1% menos que em 2014. A redução no número de matrículas foi a primeira desde 2011. Perguntado sobre a queda, o ministro disse que há um esforço para aumentar as matrículas.

Ensino Médio

O ensino médio concentra os piores indicadores, segundo o censo. Os dados mostram que as matrículas nessa etapa têm caído ano a ano. Entre 2015 e 2014, houve uma redução de 2,7%, chegando aos 8,1 milhões de alunos. No período anterior (2013-2014), a queda foi de 0,2% entre um ano e outro.

O ensino médio possui as menores taxas de aprovação da educação básica, com média de 80,3%. Nos anos finais no ensino fundamental (6º ao 9º ano) essa taxa é de 84,8%, e nos anos iniciais do fundamental (1º ao 5º ano), 92,7%. A maior taxa de reprovação é a do 1º ano do ensino médio, com 26,5% dos alunos repetindo de série. Também está nesse ano a maior distorção idade-série, ou seja, 31,4% dos estudantes não têm a idade adequada à etapa, que é 15 anos.

De acordo com Mercadante, no ensino médio não há problema de acesso, mas é necessário tornar a etapa mais atraente para que os jovens não abandonem a escola.

Um dos caminhos, segundo o ministro, será a definição da Base Nacional Comum Curricular. A intenção é ampliar a jornada de estudos do ensino médio de quatro horas para cinco horas diárias e aumentar a formação técnica. O MEC diz que vai acolher as sugestões dadas pelos secretários estaduais de educação, entre elas, a de incluir a oferta de trajetórias diferenciadas de estudos que poderão ser escolhidas pelos alunos.

Assunto: Capital do Ceará é considerada a 1ª em violência na escola
Fonte: Portal Andi
Data: 23/03/2016



Ameaças, brigas, roubos, xingamentos e até violência sexual. Tudo isso dentro da escola. Em Fortaleza, 67,2% dos estudantes do 6º ano ao ensino médio da rede pública relataram ter sofrido, em 2015, algum tipo de agressão no ambiente escolar. Comparando as sete capitais brasileiras com as maiores taxas de homicídios entre jovens, lista da qual Fortaleza faz parte, uma pesquisa divulgada na última segunda-feira (21) pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) mostrou que a cidade cearense é a líder no percentual de crianças e adolescentes vítimas de violência física ou verbal nas instituições municipais e estaduais.

Elaborado em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Organização dos Estados Interamericanos (OIE), o estudo realizou, na Capital, entrevistas com 1.246 alunos de 20 escolas da Prefeitura e do Estado.

De acordo com os dados, a maior parte dos estudantes hostilizados diz ter sido alvo de cyberbullying, humilhações ou ofensas cometidas por meio da Internet. Em seguida, vieram roubos ou furtos, ameaças, embates físicos e violência sexual.

A pesquisa revelou, ainda, que, em Fortaleza, a grande maioria dos conflitos (64,87%) aconteceu entre alunos. No entanto, professores, diretores e outros funcionários da escola foram, juntos, responsáveis por 23,9% das agressões. “Todos esses dados mostram como as relações sociais existentes no ambiente escolar são complicadas”, diz a socióloga Miriam Abramovay, coordenadora da pesquisa.

Segundo ela, embora o contexto social fora das instituições de ensino tenha influência no que acontece dentro delas, a violência no colégio tem raízes próprias. “A escola produz sua própria violência, que ocorre independentemente de brigas de gangue ou tráfico de drogas no entorno, por exemplo. Os principais problemas se dão a partir do que acontece dentro desse ambiente”, acrescenta.

Para Mara Carneiro, membro da coordenação colegiadas do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Cedeca), o cenário existente hoje também é resultado da ausência do debate sobre direitos humanos nas escolas. “Se as escolas debatessem direitos mútuos, quem sabe essa pesquisa teria resultado diferente. Além disso, a formação de professores também é fundamental. Não ser violento é uma questão de prática e não se acaba com a violência sendo violento”, observa.

Conflitos

Conforme a Secretaria Municipal de Educação, agressões são combatidas com ações em três eixos: prevenção, com promoção da cultura de paz; articulação intersetorial; resolução de

conflito por meio da mediação. Sobre a violência cometida por profissionais, os agressores podem responder por processo administrativo e, se necessário, serem exonerados.

A Secretaria de Educação do Estado informou que atua em iniciativas que colaboram para a garantia de direitos de crianças e adolescentes e para a prevenção da violência. “Cada uma das ações dos diferentes programas e projetos tem um foco específico, mas juntas promovem a melhoria do ambiente escolar e um olhar cuidadoso sobre as vulnerabilidades dos alunos”.

Assunto: MEC unirá esforços de três programas para alfabetização de crianças e jovens

Fonte: Portal Andi

Data: 23/03/2016



O Ministério da Educação (MEC) unirá esforços de três programas da pasta para garantir a alfabetização de crianças e jovens no ensino fundamental. O anúncio foi feito nesta terça-feira (22) pelo ministro Aloizio Mercadante. “Vamos fazer um programa integrado de apoio à alfabetização e letramento. Estamos pegando tudo que nós temos para dar prioridade a esse desafio”, disse, em entrevista.

O ministério vai integrar o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) – ação para alfabetizar as crianças até os 8 anos de idade; o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), que oferece bolsas para que alunos de licenciatura atuem dentro das escolas públicas; e o Mais Educação, voltado para promover o ensino integral. O novo formato começará a sair do papel até o começo de abril, com calendário específico para cada um dos programas.

Para a iniciativa, o MEC mapeou 26 mil escolas prioritárias, em mais de quatro mil municípios, que atendem a 10 milhões de alunos do ensino fundamental e concentram 70% dos estudantes avaliados com alfabetização incompleta no 5º ano, de acordo com resultados da Prova Brasil. “Elas são o maior desafio da alfabetização no Brasil”, destacou Mercadante.

O Pibid vai atender a 10 mil dessas escolas prioritárias. O PNAIC, além de atender as escolas prioritárias, vai ampliar a formação de coordenadores e professores alfabetizadores em todas as unidades da rede pública de ensino. O programa também vai se dedicar aos alunos do 4º ao 9º ano do ensino fundamental que não estejam plenamente alfabetizados.

No âmbito do Mais Educação, os estudantes receberão seis horas por semana de acompanhamento pedagógico focado na alfabetização e letramento. Professores formados pelo PNAIC e bolsistas do Pibid serão os responsáveis pelo reforço.

A alfabetização das crianças até o 3º ano do ensino fundamental está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), lei que determina metas e estratégias para melhorar a educação até 2024. A alfabetização é feita do 1º ao 3º ano do ensino fundamental. De acordo com os dados do Censo Escolar de 2015, divulgados hoje, o 3º ano concentra a pior taxa de aprovação entre os três anos. Nessa série, 12,2% dos alunos repetem o ano, enquanto 3,7% reprovam o 2º ano e 2,5%, o 1º ano.

Formação de diretores

Após ser anunciado no início do ano passado pelo então ministro Cid Gomes e ter passado por consulta pública, o Ministério da Educação informou hoje que o Programa de Formação e

Certificação de Diretores Escolares começará a ser executado no dia 4 de abril. O programa vai oferecer formação para 30 mil diretores.

Os diretores selecionados serão formados por universidades e institutos federais. As aulas terão foco na gestão administrativa e financeira da escola, gestão de conflitos e conhecimento da legislação. A chamada pública para inscrição das instituições de ensino será lançada em abril e a formação deve começar em julho, segundo o MEC.

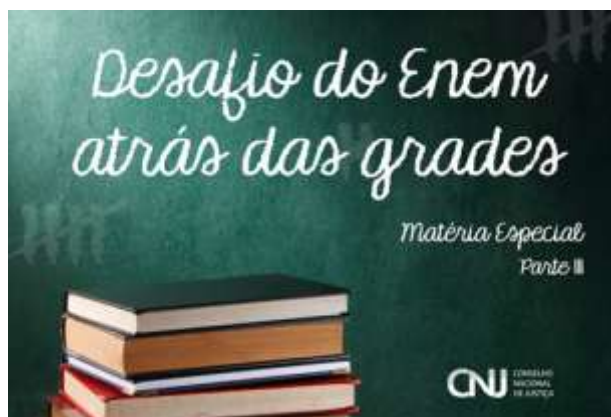
Assunto: Defasagem escolar estimula revisão do sistema de ensino socioeducativo

Fonte: CNJ

Data: 23/03/2016



Os poucos adolescentes no país que cumprem medida socioeducativa de internação e obtiveram sucesso no Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL 2015) lutam agora pela oportunidade de cursar uma faculdade e assegurar um futuro melhor. Mas a baixa escolaridade impede avanços. Dos 21.823 menores em unidades socioeducativas no país, 3.043 se inscreveram para a prova em 2015 e, ao que se tem notícia, apenas 36 conseguiram aprovações por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) (Veja quadro abaixo).



Por conta disso, segundo a coordenadora-geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo da Secretaria dos Direitos Humanos (SDH) o governo deve adotar em breve, por meio de uma resolução que já está em fase de homologação, diretrizes específicas para o sistema de ensino socioeducativo, com escolarização seriada e integral, e não apenas pelo sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA). “A escolarização dos jovens é muito baixa. Em geral, quando eles chegam ao sistema socioeducativo, já foram expulsos primeiro da família e depois do sistema de ensino”, afirmou Vieira. Na opinião do coordenador-geral, a reinserção social dos menores passa necessariamente pela escolarização. “Ainda é um tema que temos muito a superar, mas temos avançado bastante nisso, com a criação, por exemplo, de carreiras específicas para professores no sistema socioeducativo”, observou.

Em Pernambuco, por exemplo, de acordo com informações da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), dos 74 socioeducandos inscritos no Enem PPL 2015, 35 desistiram. Na Bahia, nenhum menor participante obteve pontuação para ingressar na universidade pelo Sisu. Mesmo assim, as notas dos candidatos internados em alguma das Comunidades de Atendimento Socioeducativo subiram na redação e na pontuação final. Resultado do esforço de educadores da Fundac, que incentivam o adolescente que deixa as unidades de internação a continuar com os estudos em liberdade. De acordo com a Coordenação de Educação da Fundação da Criança e do Adolescente do Estado da Bahia (Fundac), a rotatividade de alunos que entram e saem das unidades de internação impede um melhor desempenho nas provas do Enem.

O Diretor do Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE) do Paraná adota política semelhante. Segundo Pedro Ribeiro Giamberardino, apesar de todo esforço, os profissionais do órgão não conseguiram que um adolescente se matriculasse no curso para o qual fora aprovado no SISU, após ser liberado pela Justiça. “O adolescente foi aprovado, porém, foi desinternado antes do processo de inscrições para o SISU. A equipe da Unidade prestou todas orientações para que realizasse sua inscrição, porém, ele não conseguiu a vaga”, relatou Giamberardino.

O trabalho da equipe resultou na aprovação de um dos 145 jovens internados que prestaram o Enem. O adolescente de 18 anos cursa atualmente Ciências Contábeis em uma faculdade de Curitiba. “Ele permanece na unidade durante o dia, vai ao curso com veículo oficial sem constrangimento no local de estudo e posteriormente retorna para pernoite. O adolescente cursa a faculdade no horário das 19h às 22h45”, afirmou o diretor do DEASE. Pelo desempenho de outros 31 adolescentes internados no Enem PPL, os jovens receberão o certificado de conclusão do ensino médio.

Novos hábitos - Na avaliação de internos e professores, além de ser uma oportunidade para o ingresso ao ensino superior, o Enem PPL tem contribuído para outros resultados importantes como a obtenção de certificados de conclusão do ensino médio ou a simples mudança de hábito.

Internado há um ano e quatro meses na Unidade de Internação do Recanto das Emas (Unire) pela acusação de roubo, L.F., 19 anos, conseguiu o certificado de conclusão do ensino médio por meio da pontuação no Enem PPL, após se dedicar em uma rotina de estudos bem diferente do contexto de tráfico de drogas em que estava inserido. “Aqui amadureci bastante. Não tiro só como atraso de vida, mas como experiência”, disse L.F., que pretende prestar o Enem novamente este ano com objetivo de obter pontuação suficiente para o curso de Antropologia ou Filosofia em universidades federais. Além da rotina de estudo diário na unidade socioeducativa, o jovem ressalta que o hábito da leitura – três horas por dia durante o banho de sol matinal – foi um fator que o ajudou bastante no bom desempenho na prova. “Ganhei um livro de Machado de Assis de presente de um agente e o hábito da leitura me ajudou muito na questão do vocabulário”, afirmou.

M.S., 18 anos, que conseguiu uma bolsa parcial pelo ProUni no curso de Educação Física em uma faculdade de Taguatinga, cidade do Distrito Federal, também relata mudança de vida. “Lá fora não tinha rotina certa, fumava maconha, roubava, traficava. Agora quero procurar emprego, passar em um concurso, ter uma mulher, um filho, coisas que antes eu achava que era pouco, mas agora eu vi que é tudo”, disse.

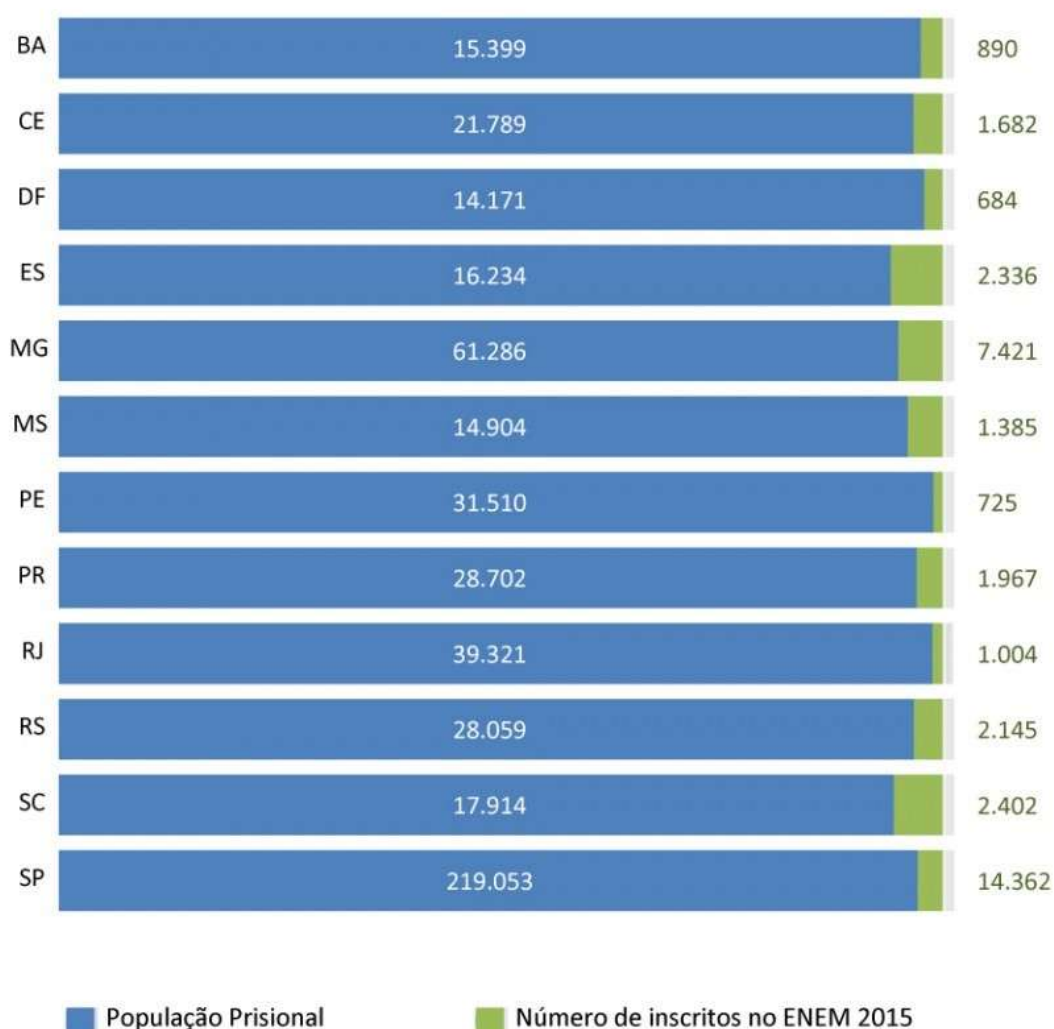
Para cursar a universidade, os jovens precisam de autorização do juiz, que decide conforme o caso, dependendo do comportamento e tempo de pena cumprido, dentre outros critérios. “Se não tiver autorização para fazer a faculdade, não vou desistir, vou tentar de novo, quem sabe uma nota maior”, afirmou o jovem V.W., que cumpre medida socioeducativa há dez meses e foi aprovado em Tecnologia da Informação pelo ProUni.

Sistema socioeducativo – Diferentemente das condenações impostas a adultos por algum crime, as medidas socioeducativas são avaliadas periodicamente pela Justiça, podendo ser extintas ao longo do período de três anos, prazo máximo da medida de internação. Conforme a avaliação feita pelos juízes responsáveis pelo acompanhamento das medidas socioeducativas, os adolescentes podem também progredir da internação para a

semiliberdade, por exemplo. A peculiaridade do sistema socioeducativo afeta os serviços de educação prestado dentro das unidades.

Em unidades de internação, pode-se instalar uma escola ou um núcleo de educação, com aulas e anos letivos regulares. Nas unidades de internação provisória, onde adolescentes apreendidos por atos infracionais podem permanecer durante no máximo 45 dias, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não existe essa possibilidade. Em unidades de semiliberdade, os adolescentes são matriculados e estudam nas escolas mais próximas das casas de semiliberdade – em alguns casos, são oferecidas atividades educacionais no contraturno.

Abaixo, dados do Ministério da Educação com o número de presos e socioeducandos que prestaram o Enem em 2015 e a população carcerária nos estados.



Assunto: Polícia prende o segundo acusado de matar garoto de 13 anos

Fonte: Portal G1 PE

Data: 23/03/2016



Edilson Batista, Déda, estava em uma casa em São Lourenço da Mata. Denílson Teixeira da Silva foi achado em matagal da cidade, no dia 10.

Policiais da Delegacia de São Lourenço da Mata, no Grande Recife, prenderam, na terça-feira (22), o segundo acusado de matar o garoto Denílson Teixeira da Silva, 13 anos, que queria ser jogador de futebol. Edilson Batista Barbosa, conhecido como Déda, foi encontrado em uma residência no município.

O crime ocorreu na região de Muribara, bairro carente onde a família do menino mora. O corpo dele foi encontrado em um matagal, no dia 10 deste mês, poucas horas depois do desaparecimento.

Logo após o homicídio e a descoberta do cadáver, a polícia capturou José Luciano Nascimento, 39 anos, professor de futebol que ministrava aulas para a vítima. Ele confessou a participação no caso e afirmou, desde o início, que havia um segundo envolvido.

O chefe de investigação da Delegacia de São Lourenço da Mata, Arlan Dourado, informou que a polícia tem todos os indícios da participação efetiva de Déda. “Ele conheceu José Luciano por meio de um amigo. Por enquanto, Déda nega ter matado o garoto, mas a gente vai comprovar o envolvimento dele”, afirmou.

O caso veio à tona quando Denílson saiu de casa, no dia 9 deste mês, para se encontrar com o professor José Luciano. Disse para a mãe, Vânia Maria da Silva, que pegaria com ele uniformes e bola para os treinos de futebol.

O jovem deveria voltar para casa uma hora depois de deixar a residência, por volta das 14h, mas não retornou. Ligou para os parentes pouco depois do horário marcado e garantiu que não demoraria mais.

“Liguei e falei com ele mais uma vez. Um às 17h, uma pessoa atendeu o celular e só ouvir ele dizendo ‘socorro mainha, socorro’”. Ele estava desesperado e chorava muito, contou Vânia, salientando que ouviu vozes abafadas. “Eram três vozes de adultos. Não era criança não. Eles abafaram o celular.”

Diante da prisão de José Luciano, Vânia declarou que ele é responsável por mais mortes na periferia da cidade. A denúncia é mais um fato de peso contra o principal suspeito. O professor tem passagem pela polícia e sentença judicial de 12 anos de reclusão por pedofilia. Chegou a ficar quatro anos na cadeia por ter abusado de uma criança, em Mato Grosso.

Para Vânia, é preciso partir logo para elucidar casos antigos de desaparecimento em São Lourenço da Mata. “Tem duas crianças sumidas há um tempo, em Chã de Tábua. Foi no lixão. E esses casos estão engavetados. Tá na hora de a polícia entrar nisso e saber sem tem alguma coisa relacionada”, declarou. A polícia informou, após a prisão de José Luciano, que investigaria essas denúncias.

Assunto: Homem é suspeito de estuprar menina de 13 anos em Paulista

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 23/03/2016

jornal do  commercio

O biscateiro, de 42 anos, teria oferecido dinheiro e acaraciado os seios da garota.



A garota contou o episódio ao irmão mais velho

Um homem foi autuado em flagrante após ser acusado de abusar sexualmente de uma menina de 13 anos, no bairro do Janga, em Paulista. De acordo com a mãe da menina, o biscateiro, de 42 anos, teria oferecido dinheiro e acaraciado os seios da garota.

Em entrevista à *TV Jornal*, a mãe afirma que o suspeito teria oferecido R\$ 2 para a menina e em seguida R\$ 10 para tocar os seios dela. Ainda segundo a mulher, a garota teria relatado o episódio ao irmão mais velho.

O caso foi encaminhado para a Central de Flagrantes do Recife, no bairro de Campo Grande, Zona Norte da cidade. Na delegacia, o homem negou o crime.

Assunto: DF - CDJA participa de reunião do Conselho das Autoridades Centrais de Adoção Internacional

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 23/03/2016



A Comissão Distrital Judiciária de Adoção – CDJA/TJDFT participou nesta terça-feira, 22/3, em Brasília-DF, da 20ª Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, órgão responsável por traçar políticas e linhas de ação comuns para o cumprimento adequado, pelo Brasil, das responsabilidades assumidas por força da ratificação da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional.

O juiz Renato Rodovalho Scussel, titular da Vara da Infância e da Juventude do DF, membro da CDJA e presidente da Abraminj, representou o corregedor da Justiça do DF, desembargador Romeu Gonzaga Neiva, presidente da Comissão. Também participou da reunião a secretária executiva da CDJA, Thaís Botelho Corrêa, bem como a psicóloga Ana Carolina da Silva Gomes e a assistente social Denise de Oliveira Alfaiate. A CDJA é responsável por habilitar estrangeiros interessados em adotar crianças e adolescentes do DF e acompanhar todo o processo da adoção internacional.

Foram temas da pauta da reunião, a apresentação das estatísticas de adoções internacionais de crianças brasileiras por residentes no exterior durante o ano de 2015; a tradução de documentos oriundos da cooperação jurídica internacional no novo Código de Processo Civil; a adesão do Brasil à Convenção de Haia sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros ("Convenção da Apostila"); e a aplicação da Resolução 190/2014 do Conselho Nacional de Justiça.

Saiba mais

O Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, criado pelo artigo 5º do Decreto 3.174, de 16 de setembro de 1999, é composto pelos seguintes membros:

- Autoridade Central Administrativa Federal – ACAF, que o presidirá;
- um representante de cada Autoridade Central dos Estados Federados e do Distrito Federal – CEJA/CEJAI/CDJA;
- um representante do Ministério das Relações Exteriores;
- um representante do Departamento de Polícia Federal.

Assunto: Coordenadoria do TJMA recebe projetos que preservem direitos infantojuvenis

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 23/03/2016



A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está recebendo projetos de magistrados que estimulem a defesa dos direitos infanto-juvenis e atuem no combate à prática de violência em comarcas do Estado.

Em reunião com juízes, o presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude, desembargador José de Ribamar Castro, explicou que a ideia é incentivar, divulgar, apoiar e institucionalizar práticas em prol da infância e juventude que possam ser adotadas no Judiciário maranhense.

“Estamos nos reunindo com todos os magistrados, para conhecer os projetos desenvolvidos nas comarcas, nas mais diversas áreas – inclusive de família – e institucionalizá-los. Sabemos que existem iniciativas muito interessantes que possuem boa aceitação por parte da comunidade”, afirmou o desembargador.

A juíza Karla Jeane Matos, membro da coordenadoria, garantiu que o órgão irá oferecer o apoio necessário para a concretização dos trabalhos idealizados e desenvolvidos no Estado.

“A Coordenadoria está de portas abertas a todos, para receber, apoiar e compartilhar projetos, obras, ideias e experiências positivas dos magistrados”, salientou a juíza, responsável pela implantação da primeira sala de depoimento especial no Estado, em 2008, na Comarca de Coelho Neto, da qual é titular.

ARTE DE EXPRESSAR - Durante a reunião, a juíza Josane Araújo Braga, titular da 1ª Vara de Coroatá, apresentou o projeto “Encenando o ECA: a arte de expressar a prevenção e a proteção aos direitos das crianças e adolescentes”. A iniciativa será desenvolvida em escolas municipais e estaduais, de forma lúdica por meio de palestras.

O projeto inclui apresentações de peças de teatro, como instrumento desencadeador de debates e transferência de conhecimentos acerca dos direitos da criança e do adolescente, com foco na identificação de situações de violência e maus-tratos.

A magistrada diz que a peça de teatro terá sempre como pano de fundo temas pertinentes aos direitos da criança e do adolescente, dando efetividade ao ECA e a todos os dispositivos legais de implementação do Depoimento Especial.

“Queremos prevenir, esclarecer e proteger esses direitos. E o teatro – essa arte tão apreciada pela humanidade e que atrai e encanta multidões – foi a forma que encontramos para divulgar nosso projeto e conscientizar a população”, frisou.

A juíza ressaltou a importância do apoio oferecido pela Coordenadoria da Infância e Juventude, na institucionalização das iniciativas. “Ao ser encampado pela Coordenadoria, o projeto recebe uma espécie de selo de qualidade. Esse reconhecimento é fundamental para a continuidade de nossas ações”, enfatizou.

CLUBE DE AVENTUREIROS - Também presente à reunião, o juiz Rômulo Lago e Cruz, titular da Comarca de Maracaçumé (Vara Única), apresentou o projeto “Clube de Aventureiros de Maracaçumé”, que tem como objetivo planejar, coordenar e executar diversas atividades sócio-educativas com crianças de 4 a 12 anos incompletos e seus respectivos responsáveis, com prioridade para as de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social ou que tenham sido adotadas.

Várias atividades são desenvolvidas com a iniciativa, entre elas, o monitoramento de frequência escolar, visitas domiciliares, palestras de orientação para pais e crianças, encaminhamento a programas de saúde, atendimento psicológico especializado, rodas de leitura, programa de visitação a órgãos públicos, atividades esportivas, teatro, dança e cinema, entre outras.

A ideia surgiu após a constatação de que um número elevado de crianças em situação de risco, no Município, estariam praticando atos infracionais, inclusive, após processos de adoções, guarda e tutela de menor.

“Criamos esse projeto como forma de acompanhar a família substituta e a adaptação da criança junto a esses familiares, desenvolver e transmitir educação para a cidadania e, ainda, desmistificar o fórum como sendo um local de prisões e instrução de presos, tornando o ambiente mais acessível às crianças, adolescentes, ao cidadão em geral”, comentou o magistrado.

PARCERIA – Os projetos apresentados pelos juízes contam com a parceria do Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Ensino, grupos de teatro e música, escolas de ensino estadual e municipal, assistentes sociais, psicólogos, igrejas, servidores da Justiça estadual, voluntários, entre outros. Também participaram do encontro, os magistrados José Américo Abreu (juiz corregedor) e Nirvana Mourão Barroso (titular da 3ª Vara de Balsas).

SENSIBILIZAÇÃO - A Coordenadoria pretende divulgar, em São Luís, um dos projetos apresentados, com foco no teatro, durante uma Semana de Sensibilização, com audiências concentradas, nas quais serão priorizados processos que envolvam crianças e adolescentes. O evento está previsto para acontecer no mês de maio, no período de 16 a 20, pela passagem de 18 de Maio, data instituída como “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.

Mais informações sobre divulgação de projetos pela Coordenadoria podem ser obtidas pelo telefone: (98) 3261-6287 ou e-mail: coinfancia@tjma.jus.br.

Assunto: Epidemia pelo Zika vírus e mortalidade infantil em populações tradicionais são temas de Seminário sobre Saúde e Primeira Infância, no Rio de Janeiro

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 23/03/2016



O Grupo de Trabalho sobre Saúde da Rede Nacional Primeira Infância convida para o II Seminário Nacional Saúde e Primeira Infância, com o tema “O desafio do cuidado integral das crianças brasileiras e a conjuntura atual: da garantia à vida ao seu pleno desenvolvimento”. O evento acontecerá no dia 29 de março, no Rio de Janeiro, e é voltado para profissionais que lidam com crianças pequenas e famílias. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo link: <https://goo.gl/Olus9b>

O Seminário vai reunir especialistas de universidades, organizações não governamentais e gestores públicos de todo o Brasil, sobre dois temas centrais: a epidemia pelo Zika Vírus e suas consequências para o desenvolvimento infantil, e a mortalidade infantil em populações tradicionais.

Na mesa sobre o Zika Vírus, o objetivo é promover um debate sobre os desafios e sobre a execução articulada de políticas públicas relacionadas ao tema, e propor ações. Entre os participantes da mesa estão Thereza Delamare, da Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, José Temporão, diretor executivo do Instituto Sul-americano de Governo em Saúde e ex-ministro da Saúde, Ana Elizabeth Andrade Lima, Coordenadora do Programa Mãe Coruja Pernambucana, e Márcia Machado, vice-reitora da Universidade Federal do Ceará. A mesa contará com Karina Lira, da Visão Mundial, como debatedora, e será moderada pela médica Evelyn Eisenstein, coordenadora do Centro de Estudos Integrados Infância, Adolescência e Saúde (CEIIAS).

A mesa “Mortalidade Infantil em populações tradicionais” pretende dar visibilidade ao tema e propor o enfrentamento conjunto do Estado e Sociedade ao tema da notificação dos óbitos das crianças indígenas e a qualidade da informação. Entre os debatedores convidados estão Lysiane de Castro Pereira Paiva, representante da Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Flávio Debique, da Plan Brasil, Paulo Frias, do Instituto Materno Infantil Professor Fernandes Figueira/IMIP-PE, e Gabriela Guida, da Criança Segura Brasil. Cristina

Albuquerque, do UNICEF, será a debatedora da mesa, e Luzia Laffite, do Instituto da Infância (IFAN), fará a moderação.

O evento será encerrado com uma Plenária em dois momentos: em um deles os participantes do GT Saúde definirão ações relevantes vinculadas ao planejamento do GT Saúde e da Rede Nacional Primeira Infância. No segundo momento, Ivania Ghesti trará informações sobre a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância.

O GT Saúde da Rede Nacional Primeira Infância é integrado pelas seguintes organizações: Centro de Estudos Integrados, Infância, Adolescência e Saúde (CEIIAS), Criança Segura, Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudável (EBBS), Fundação Abrinq, Fundação Amazonas Sustentável (FAS) Primeira Infância Ribeirinha, Fundação José Luiz Egydio Setúbal – Hospital Infantil Sabará, Instituto da Infância (IFAN), Plan Brasil, Primeira Infância Melhor (PIM – RS), Programa Mãe Coruja Pernambucana, Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas (SUSAM), Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância/ Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), United Way, Universidade Federal do Ceará (UFC) e Visão Mundial.

A Rede Nacional Primeira Infância reúne cerca de 200 organizações de todo o Brasil que atuam na defesa e promoção dos direitos das crianças de até seis anos de idade. Saiba mais em: www.primeirainfancia.org.br

Serviço:

II Seminário Nacional Saúde e Primeira Infância – O desafio do cuidado integral das crianças brasileiras e a conjuntura atual: da garantia à vida ao seu pleno desenvolvimento.

Data: 29/03/2016, das 9 às 18 horas

Endereço: Rua México, 128, 10º andar, Centro. Rio de Janeiro, RJ

Inscrições gratuitas em: <https://goo.gl/Olus9b>